

PROFISSIONAIS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA NACIONAL

Isadora Machado Maia

Patrícia Oliveira Lima

Normanda Araujo de Moraes

Universidade de Fortaleza, Fortaleza-CE, Brasil

RESUMO

Buscou-se descrever o que a literatura nacional tem apresentado acerca dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo. Foram selecionados artigos indexados em bases de dados nacionais, além de Dissertações e Teses. A partir da análise realizada, foram identificados dois eixos temáticos que versam sobre as condições laborais e de saúde dos profissionais e o exercício profissional da equipe técnica. As instituições socioeducativas brasileiras revelam-se enquanto espaços que influenciam negativamente a saúde dos profissionais que nela atuam, em função de sua grande complexidade e dos conflitos existentes. Há uma baixa expressividade de pesquisas direcionadas aos profissionais inseridos nesses contextos, o que justifica a necessidade de ampliação do conhecimento e de intervenções na área.

Palavras-chave: Sistema socioeducativo; Profissionais; Trabalho.

PROFESSIONALS OF THE SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM: A NARRATIVE REVIEW OF THE NATIONAL LITERATURE

ABSTRACT

This study aimed to describe what the national literature has shown about the professionals that work in the socio-educational system. Articles indexed in national databases were selected, as well as Dissertations and Theses. From the analysis conducted, two thematic axes were identified which refers to the working and health conditions of the professionals and the professional practice of the technical team. The Brazilian socio-educational institutions were characterized as spaces that negatively influence the health of the professionals who work in it, due to their complexity and conflicts. There is a low expressiveness of research addressed to professionals inserted in these contexts, which justifies the need to increase knowledge and interventions in the area.

Keywords: Socio-educational system; Professionals; Work.

PROFESIONALES DEL SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UNA REVISIÓN NARRATIVA DE LA LITERATURA NACIONAL

RESUMEN

Se buscó describir que la literatura nacional presenta acerca de los profesionales que actúan en el sistema educativo. Fueron seleccionados artículos indexados en bases de datos nacionales, además de Tesis de Maestría y Doctorado. A partir de dicha análisis, fueron identificados dos ejes temáticos que versan sobre las condiciones laborales y de salud de los profesionales y el ejercicio profesional del equipo técnico. Las instituciones educativas brasileñas se revelan en

tanto espacios que influyen negativamente la salud de los profesionales que actúan en ella, en función de su gran diversidad y de los conflictos existentes. Hay una baja expresividad de investigaciones direccionadas a los profesionales inseridos en estos contextos, lo que justifica la necesidad de ampliar el conocimiento y las intervenciones en el área.

Palabras Clave: Sistema educativo; Profesionales; Trabajo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) destina ao adolescente autor de ato infracional a aplicação de medidas socioeducativas pautadas na importância do fortalecimento e na reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, por meio da execução de atividades de cunho pedagógico. Estas medidas são executadas em meio aberto e em meio fechado. Quanto às medidas executadas em meio aberto, constam: a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida. Quanto às medidas executadas em meio fechado, há a institucionalização em regime de semiliberdade e em regime de internação (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990).

Para a execução dessas medidas, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006) destaca a figura do profissional inserido nesses contextos por sua importância para a efetivação da garantia de direitos e deveres dos adolescentes que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas. Para tanto, destaca-se a importância de um perfil profissional para a atuação, em termos de habilidades utilizadas na relação que se estabelece com os adolescentes, respaldadas nos direitos humanos. Esse é um critério fundamental para que seja possível a superação de dificuldades vividas pelos socioeducandos. Enquanto categorias profissionais previstas para o exercício das medidas socioeducativas, constam no SINASE as seguintes: coordenador técnico, assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado, socioeducador e todos os demais que sejam necessários para o desenvolvimento da saúde, escolarização, esporte, cultura, lazer, profissionalização e administração das unidades.

Voltado prioritariamente para o desenvolvimento de ações socioeducativas pautadas em princípios defensores da vida, o SINASE propõe que o atendimento socioeducativo deve fomentar a criação de um projeto de vida pelo adolescente, fortalecendo sua própria identidade e promovendo um papel eminentemente ativo, produtivo e autônomo (SINASE, 2006). Além disso, o SINASE une a necessidade de responsabilização e de satisfação de direitos dos adolescentes em conflito com a lei. Este documento é formado por um conjunto de políticas públicas que estão interligadas através do campo público e social, e que estão relacionadas à saúde, educação e assistência social, por exemplo. Tal articulação pretende efetivar o paradigma de proteção integral presente no ECA, destinado a todos os adolescentes brasileiros (SINASE, 2006).

Os parâmetros e diretrizes para a atuação desses profissionais são superficialmente discutidos no documento do SINASE. O mesmo destaca apenas a listagem dos profissionais previstos para o campo das medidas, bem como não aponta quais seriam seus direitos e garantias trabalhistas. É citada a importância e a necessidade de participação dos profissionais em capacitações preparatórias anteriores à entrada na instituição; formações continuadas, com vistas ao aperfeiçoamento do serviço oferecido; bem como a supervisão, acompanhamento e avaliação institucional por parte dos órgãos e entidades de pesquisa e monitoramento, visando à possibilidade de oferta de espaços de compartilhamento e diálogo (SINASE, 2006).

A prática profissional nos contextos socioeducativos, por sua vez, é descrita de forma sintética pela Escola Nacional de Socioeducação (2014). Esse documento destaca que a atuação dos profissionais nesses espaços pretende: promover, garantir e defender os direitos dos adolescentes, distanciando-se de modelos que aplicam a punição e a coerção enquanto práticas utilizadas no cotidiano das instituições; reconhecer os direitos humanos como princípio que

fundamenta as relações estabelecidas com os adolescentes, tanto em seu aspecto educativo quanto jurídico; compreender o adolescente em sua trajetória de vida, do ponto de vista histórico e comunitário, entendendo o envolvimento com atos infracionais como uma prática que tem sua origem na vulnerabilidade social a qual encontra-se exposto; amparar-se nas várias abordagens pedagógicas e em práticas de mediação de conflito, como a cultura da não violência; e, por fim, absorver visões filosóficas de humanidade e de mundo, de modo a respaldar sua prática socioeducativa, contrariando modelos repressivos.

Apesar dos parâmetros e diretrizes encontrados nas legislações que orientam a execução das medidas socioeducativas, a realidade do atual sistema brasileiro é fortemente marcada por graves e constantes violações aos direitos dos adolescentes; falta de alinhamento conceitual e prático entre as Unidades; superlotação; inadequação de espaços e instalações físicas em condições insalubres; ausência de cofinanciamento; desarticulação entre os órgãos envolvidos na gestão e insuficiência de regulamentação. Os profissionais que atuam nesses contextos vivenciam diversas dificuldades em seu ambiente de trabalho, tais como: quadro de trabalhadores pouco estruturado ou incompleto para o atendimento; remuneração incompatível com o trabalho especializado exigido; alta rotatividade, sobretudo pela carência de servidores efetivos; equipe técnica e de gestão com necessidade específica de qualificação e capacitação continuada; formação fragmentada e desarticulada dos profissionais; e carência de suporte em saúde mental (Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2013).

As condições negativas do ambiente socioeducativo têm repercussão para os adolescentes e também para os profissionais que nela atuam, sobretudo para os socioeducadores inseridos nas medidas executadas em meio fechado. As circunstâncias nocivas e o alto índice de demandas de trabalho, como a pressão do tempo e os altos níveis de atenção e concentração revelam que essa categoria profissional pode adoecer física e psiquicamente (Greco et al., 2013). Quanto ao adoecimento físico, pode ocorrer o surgimento de doenças alérgicas, respiratórias, micoses e conjuntivites (Grando et al., 2006). Quanto ao adoecimento psicológico, pode-se verificar surgimento de distúrbios psíquicos menores como tensão, insônia, fadiga e até mesmo de sintomas mais severos ligados à depressão e suicídio. Esse quadro de adoecimento vivenciado por socioeducadores gera a necessidade de afastamento do trabalho pelo comprometimento de sua saúde (Greco et al., 2015), bem como está ligado a comportamentos de risco, a exemplo do uso de drogas lícitas e ilícitas (Andrade, 2017).

Embora se reconheça a importância dos profissionais inseridos no sistema socioeducativo e as dificuldades contextuais em que se dá sua atuação, uma análise da literatura nacional revela um maior número de pesquisas que têm o adolescente em conflito com a lei como foco (e.g., Ferrão et al., 2016; Gurski & Silva, 2018; Magalhães & Malta, 2015; Ribeiro et al., 2018; Soares, 2011), bem como suas famílias (e.g., Damasceno, 2020; Dias et al., 2011; Nunes et al., 2013), sendo mais escassos os estudos com foco nesses profissionais. Desse modo, torna-se necessário realizar pesquisas e intervenções direcionadas aos mesmos, haja vista que a superação de dificuldades encontradas nesses contextos só é possível com a transformação de práticas ultrapassadas e ainda vigentes presentes nas legislações anteriores ao ECA, os Códigos de Menores. Além do mais, esses profissionais necessitam de cuidado em termos de melhorias de suas condições de saúde e de trabalho.

Entre os estudos identificados na literatura nacional e que têm como foco os profissionais do sistema socioeducativo, verifica-se que estes tratam das(do): condições laborais e de saúde dos profissionais, em que são descritas características contextuais e individuais de saúde deles (e.g., Andrade, 2017; Grando et al., 2006; Passamani & Rosa, 2009; Soares, 2019); e exercício profissional dos técnicos, em que são abordadas questões relativas à prática dos profissionais das medidas; (e.g., Costa, 2005; Cunha, 2021; Freitas, 2011; Oliveira et al., 2018; Morais & Malfitano, 2014).

Dada a centralidade dos profissionais inseridos nas medidas socioeducativas para o trabalho com adolescentes em conflito com a lei, esse estudo objetiva, por meio de uma revisão narrativa da literatura nacional, descrever o que a literatura nacional tem apresentado acerca dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo.

MÉTODO

Realizou-se uma revisão narrativa, que tem como objetivo descrever e discutir o estado da arte de um determinado assunto, no caso os profissionais que atuam no sistema socioeducativo (Rother, 2007). Foram selecionados artigos publicados em periódicos científicos nacionais indexados nas bases de dados IndexPsi, SciELO, PePSIC, Lilacs e BVSPsi, por meio das combinações dos seguintes descritores: profissionais, socioeducador, medida socioeducativa, socioeducação, adolescente em conflito com a lei, adolescente infrator, ato infracional, delinquência juvenil e delinquente. Importante mencionar que, embora os termos “delinquência juvenil” e “delinquente” estejam em desuso, estes foram empregados visando a acessar estudos anteriores ao advento do ECA (1990). Dissertações e Teses disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) também foram incluídas na revisão narrativa. Não se estabeleceu critério temporal para a seleção da literatura pesquisada.

A partir da análise das temáticas mais frequentes nos estudos e do consenso entre as autoras, foram identificadas duas categorias que versam sobre: 1) condições laborais e de saúde dos profissionais, enfocando as características do ambiente institucional das medidas e os aspectos de saúde dos socioeducadores e; 2) exercício profissional da equipe técnica. Tais categorias serão discutidas a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONDIÇÕES LABORAIS E DE SAÚDE DOS PROFISSIONAIS – EQUIPE TÉCNICA E SOCIOEDUCADORES

Características do contexto institucional

As instituições socioeducativas apresentam-se como espaços complexos e de muita tensão, o que inviabiliza classificá-la com base em noções estáticas e cristalizadas (Andrade, 2017). A realidade da maioria das instituições socioeducativas encontra-se em dissonância com o que é previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O acordo entre as normativas previstas pelo ECA e pelo SINASE e o quadro atual das medidas é um processo lento e ainda em construção (Ferrão et al., 2012; Francischini & Campos, 2005). Uma pesquisa realizada com agentes socioeducativos em Belo Horizonte, por exemplo, demonstrou que existem queixas acerca da estrutura física das unidades, como por exemplo falta de manutenção e a existência de estruturas antigas, algumas adaptadas do sistema prisional, não sendo espaços adequados para o sistema socioeducativo (Silva, 2020).

Com recorrência, socioeducadores adotam práticas violadoras na interação com os adolescentes, baseadas em ausência de confiança, abuso de poder, violência física e psicológica, o que expressa o caráter autoritário, punitivo e coercitivo presente na socioeducação (Adami & Bauer, 2013; Monte & Sampaio, 2012). Não há uma compreensão ou mesmo um compartilhamento integrado por parte dos socioeducadores acerca das orientações presentes nas legislações direcionadas à infância e juventude (Menicucci & Carneiro, 2011). Estes vivenciam no ambiente institucional uma função marcada por ambivalência, entre ter de cumprir com o que é proposto pelas políticas de socioeducação e ter de exercer a função de segurança dos adolescentes (Palma & Neufeld, 2011). Evidencia-se, assim, uma realidade contextual que revela a sustentação e a permanência das práticas propostas pelas antigas legislações voltadas para crianças e adolescentes – os Códigos de Menores.

As instituições de privação de liberdade são percebidas pelos socioeducadores como um espaço autoritário, no qual há a aprendizagem de questões negativas para eles próprios e para os adolescentes, o que contribuiria muito mais para a desssocialização do que para a reintegração dos mesmos. Marcada pelo risco, insegurança, deterioração, vigilância e tensão constante, os socioeducadores apontam a discriminação sofrida pelas pessoas por estes atuarem numa instituição dessa natureza, além do medo de viver dentro e fora de seus locais de trabalho por serem vítimas de ameaças feitas pelos adolescentes. A Unidade Socioeducativa é percebida como um espaço de contradições, pois ao tempo em que o ECA oferece diretrizes que respaldam o trabalho dos socioeducadores, estes colocam que a não repressão dos adolescentes seria, por exemplo, uma das causas de rebeliões (Franco, 2008; Lopes 2013).

Nesse cenário, a instituição de privação de liberdade foi nomeada pelos socioeducadores como “cancerígena”; “fim do mundo: um lugar que fecha e não sai mais”, trazendo o simbolismo da morte. Esse fenômeno estaria relacionado ao risco de vida dessa categoria profissional no ambiente interno e externo à instituição, bem como à dificuldade mencionada por eles de continuarem vivendo diante das adversidades (Franco, 2008).

Nesses espaços, a relação entre socioeducadores e adolescentes é marcada pelo rompimento de regras e limites. Os socioeducadores mencionam que existe uma valorização dos adolescentes institucionalizados, enquanto eles mesmos não o são. Quanto à relação entre socioeducadores, esta é marcada por ausência de confiança. Os técnicos são citados pelos socioeducadores como profissionais que desconhecem a dinâmica na qual ocorre o convívio entre os adolescentes e seus pares e entre esses e os socioeducadores, trabalhadores que têm acesso a uma face da instituição desconhecida pelos técnicos (Franco, 2008).

Os socioeducadores apontam sentir despreparo para realizar sua função, pela omissão de instâncias superiores que amparem sua prática e pela omissão da própria instituição frente à sua realidade. A ausência de legislação que ofereça regras e amparo para o trabalho realizado, bem como de condições técnicas e materiais para o seu desenvolvimento, também são fatores que trazem sentimento de injustiça, desvalorização e desproteção a esses profissionais. As denúncias de irregularidades da instituição lhes oferecem risco de demissão, o que impede qualquer tipo de mudança para o local (Franco, 2008). Por outro lado, mudanças na forma de seleção, certames que ampliem a abrangência das competências e conhecimentos, formação continuada que integrem dimensões cognitivas e afetivas, promoção da visibilidade desses profissionais e de relações interpessoais mais positivas são sugestões para a melhoria desse ambiente de trabalho (Andrade, 2017).

Apesar da representação negativa desse cenário existem socioeducadores que estabelecem uma conexão com seu trabalho e experimentam satisfação pela autonomia recebida para elaborar novos modos de intervir na instituição e pela adaptação positiva ao lugar. Quando seus valores pessoais coincidem com o que é proposto pela instituição, como a disciplina e a organização, por exemplo, acomodar-se às vivências institucionais torna-se mais fácil. Se ocorre o contrário dessa convergência de valores, a satisfação com o trabalho torna-se dificultada (Lopes, 2013).

Mesmo que ainda persistam profissionais no sistema socioeducativo, com uma visão pertencente a uma revogada legislação, segundo a qual a função principal era controlar e impedir a fuga dos adolescentes, com métodos pouco pedagógicos (Andrade, 2017), é possível encontrar socioeducadores que apresentam uma posição ancorada em princípios mais pedagógicos e voltados para os direitos humanos. Dentre estes, critica-se a aplicação de punições como forma de impor limites aos adolescentes e defende-se a busca por princípios educativos, pautados no diálogo e na formação de vínculos. Tal paradoxo é parte do duplo papel exercido pelos socioeducadores: ora mais voltado para segurança e controle dos adolescentes e ora para as atividades educativas e para a construção de vínculos. Esta divisão está relacionada às características de personalidade, sistema de crenças (direitos da criança e do adolescente,

papel da socioeducação, dentre outros), habilidades de cada profissional e às características dos contextos socioeducativos (Adami & Bauer, 2013).

Existem projetos educativos direcionados aos adolescentes como atividades de leitura, sessões de relaxamento, cuidado e manutenção de hortas e jardins. São atividades realizadas pelos socioeducadores que propiciam caráter transformador para a rotina das Unidades e que beneficiam aos adolescentes, seus familiares e profissionais. Ao reconhecer nos adolescentes institucionalizados a possibilidade de mudança de vida dos mesmos, a atuação do socioeducador deixa de se restringir à função de controle e vigilância. Trata-se, assim, de uma categoria profissional heterogênea quanto às concepções e modos laborais de atuação (Andrade, 2017).

Embora o profissional socioeducador seja previsto pelo SINASE para o atendimento socioeducativo em meio aberto e em meio fechado, há uma alta predominância desses trabalhadores lotados nas instituições de privação de liberdade, o que indica que estes assumem de maneira prevalente uma função de segurança. Com base nas condições contextuais que se deparam ao adentrar as Unidades, refletem quanto à permanência em relação ao próprio cargo. As mudanças pelas quais o trabalho no Brasil tem passado, como o corte crescente e progressivo de verbas destinadas às políticas de proteção social e a fragilidade dos vínculos empregatícios nesses espaços interferem no cotidiano das instituições e na atuação dos profissionais (Andrade, 2017).

Para os técnicos inseridos no contexto da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, existe no ambiente institucional aspectos que dificultam e aspectos que facilitam a atuação dos mesmos. O ambiente infraestruturalmente inadequado, o baixo número de trabalhadores, o desvio de função, a indisponibilidade de veículo para a realização de visitas institucionais e domiciliares e a baixa remuneração são aspectos que dificultam sua atuação. Por outro lado, a existência de uma proposta pedagógica eficaz, a articulação com a rede de apoio, o acolhimento e a responsabilidade dos profissionais são aspectos descritos como facilitadores da sua prática (Passamani & Rosa, 2009).

ASPECTOS DE SAÚDE DOS SOCIOEDUCADORES

Existem fatores de risco encontrados nos Centros Socioeducativos que impactam diretamente na saúde dos socioeducadores, dentre os quais aponta-se: o ruído acima do limite, presente nos momentos em que os adolescentes praticam esportes na quadra e nos momentos em que chutam as grades e portas de metal; a umidade, o calor, o frio e as mudanças bruscas de temperatura, que facilitam o surgimento de doenças alérgicas e gripes; o odor fétido; a falta de material e a falta de manutenção da Unidade socioeducativa; o constante contato com secreções humanas como saliva e urina, devido à falta de higiene de alguns adolescentes; a contaminação de doenças como pediculose, escabiose, micoses em geral e conjuntivite; a presença de insetos e roedores dentro da instituição, principalmente devido à ausência de vigilância no controle da proliferação desses animais; o manuseio frequente de materiais pesados como portas, fechaduras e cadeados; a preocupação em controlar objetos soltos no ambiente, visto que os mesmos podem ser transformados em armas artesanais pelos adolescentes; a falta de local adequado para descanso; o esforço feito nas imobilizações dos adolescentes; as extensas jornadas de trabalho, muitas vezes realizadas em função da necessidade financeira dos socioeducadores, dentre outros (Grando et al., 2006).

Acerca dos principais sintomas psíquicos e físicos vivenciados pelos socioeducadores, tem-se a tensão, preocupação, tristeza, insônia, cansaço, baixa energia e dificuldade de realizar atividades com satisfação. A incidência de distúrbios psíquicos menores inclui sintomas como fadiga, esquecimento, irritabilidade, dificuldade de concentração e queixas de ordem somática. Estes foram observados, sobretudo, em socioeducadores que não apresentavam tempo livre para o lazer, não praticavam atividades físicas regulares, faziam uso de medicamentos, necessitavam

de atendimento médico ou psicológico, demandavam afastamento por prazos superiores a 25 dias por problemas de saúde e estavam insatisfeitos com seu local de trabalho. Essa insatisfação pode contribuir para que o trabalhador se afaste da instituição, diminua seu rendimento laboral e apresente queixas quanto ao trabalho. Vale ressaltar que a temática do suicídio tem sido observada nessa categoria profissional e que ações interventivas devem ser pensadas no intuito de reduzir seu sofrimento, promover bem-estar e valorizar a saúde dos mesmos. O apoio social por parte dos companheiros de trabalho e por parte da gestão podem favorecer maiores índices de saúde física e mental para os socioeducadores, configurando-se como um fator de proteção que facilita a resolução de problemas, reduz o estresse e amplia o bem-estar (Greco et al., 2015).

Em estudo realizado por Grando et al. (2006) com os socioeducadores do Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, observou-se que muitos recorrem ao uso de medicamentos e drogas ilícitas como modo de lidar com tais comportamentos. Os socioeducadores que mais relatam a vivência de sofrimento psíquico são os que colocam o exercício de sua função laboral como sendo vazia de sentido. Esses profissionais revelam sinais de sofrimento psíquico no trabalho quando se referem à ansiedade pelas férias e à ideia de retornar ao trabalho após o término destas, por exemplo. O relacionamento entre os socioeducadores expressa conflitos. Considerando o baixo quadro de trabalhadores na instituição, alguns deles afirmam que há colegas que não assumem o trabalho em equipe, sobrecarregando os demais com a entrega frequente de atestados médicos. Nem sempre os socioeducadores compreendem a necessidade de afastamento dos companheiros de trabalho por motivo de estresse, saúde ou outras patologias, banalizando a causa que os levaria a tal afastamento. Trata-se, desse modo, de uma categoria de profissionais que está em considerável grau de sofrimento psíquico.

Considerando essas adversidades encontradas nas instituições de privação de liberdade, o estudo realizado por Greco et al. (2013) na área de Enfermagem identificou que os socioeducadores em exposição prolongada a altas demandas psicológicas no ambiente laboral e ao baixo controle sobre seu trabalho, podem vir a adoecer física ou psiquicamente, tendendo a afastar-se mais do trabalho. Levando em conta as várias atividades desempenhadas por esses profissionais e as demandas psicológicas exigidas por elas, como o alto nível de concentração para manter a segurança e a preservação da integridade dos adolescentes e a pressão do tempo para executar atividades educativas e acompanhar os adolescentes dentro e fora da instituição, pode-se dizer que se tratam de situações que favorecem altos níveis de demanda psicológica. Para Andrade (2017), a prática do socioeducador exige custos afetivos, emocionais e de saúde elevados. A prevalência de ações que controlem e contenham adolescentes e socioeducadores são priorizadas em detrimento de ações que promovam desenvolvimento e emancipação.

Diante do cenário apresentado, faz-se importante pontuar possíveis mudanças necessárias a esse ambiente de trabalho: formação continuada aos socioeducadores para a promoção de uma ressignificação da socioeducação, existência de espaços de lazer aos trabalhadores, garantia de serviços de saúde eficazes e acessíveis, reformulação do espaço físico amenizando as insalubridades existentes, assim como a construção de uma rede apoio dentro unidade socioeducativa (Tavares, 2019).

Considerando a descrição geral do cenário das instituições socioeducativas, percebe-se que o mesmo é predominantemente marcado por condições de saúde e de trabalho negativas para os profissionais. O enfoque dos estudos realizados volta-se, principalmente, para os socioeducadores, sendo apenas um deles direcionado para a equipe de técnicos, o que levanta a necessidade de ampliação de pesquisas para estes. A grande parte dos estudos feitos com os socioeducadores foram realizados pela área da Enfermagem, o que indica a possibilidade do crescimento de estudos pela ciência Psicológica.

No que se refere ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei pelos membros da equipe técnica, dentre as principais atividades desenvolvidas estão: o acompanhamento individual, o trabalho em grupos, a visita domiciliar, os encaminhamentos, as visitas técnicas, as entrevistas e o acolhimento, as formações e as reuniões, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), a elaboração de relatórios e o acompanhamento escolar (Morais & Malfitano, 2014).

Quanto à atuação da psicologia, esta ainda se mostra restrita à atividade de atendimento individual para a elaboração do relatório psicossocial, apesar de haver outras possibilidades maiores de intervenções além desta, como por exemplo: o trabalho com grupos de adolescentes, o atendimento às famílias destes e o encaminhamento para instituições da rede de apoio. A escuta psicológica permite o acesso às experiências vividas dos adolescentes em sua singularidade, no sentido de promover mudanças e desenvolvimento aos mesmos e romper com concepções educacionais ou terapêuticas centradas na perspectiva da higiene social (Costa, 2005). É importante salientar que muitas vezes os relatos dos adolescentes atendidos descrevem uma vivência distinta da qual o profissional vive, já que o profissional também está envolto em normativas e nos benefícios do grupo social a qual pertence (Rosa, 2018), por isso, cabe ao psicólogo, fazer um movimento para entender as diferenças sociais, reconhecendo de onde parte os discursos (Ennes, 2021). Nesse sentido, é necessário que o profissional não pense que esses adolescentes precisam ser “restaurados” ou “salvos” (Gurski & Strzykalski, 2018) e sim que tenham um espaço de fala para a criação de novas possibilidades e ressignificações (Ennes, 2021).

Quanto ao trabalho do assistente social, este se encontra pautado na promoção da garantia de direitos. Dentre as atividades exercidas pelo assistente social no contexto institucional, tem-se o atendimento inicial ao adolescente, o qual lhe fornece as orientações necessárias sobre sua chegada à Unidade; o contato com a família, para o fornecimento de informações relativas ao acompanhamento familiar do adolescente recém chegado; o atendimento individual e em grupo e o acompanhamento dos adolescentes em atividades fora da Unidade. Visando a garantia de direitos, faz parte de sua função assegurar que o adolescente esteja tendo acesso à saúde, educação e profissionalização, atentando-se para a possibilidade de possíveis violações que possam ocorrer no contexto da medida. A busca por essa garantia de direitos se estende aos atendimentos junto às famílias, nos quais se procura dialogar sobre temas colocados por elas e situações processuais. Essas atividades fornecem subsídio para a elaboração do relatório técnico que é enviado ao juiz para a avaliação da permanência ou da liberação do adolescente da Unidade. Ao término do cumprimento da medida, o assistente social realiza os encaminhamentos devidos ao adolescente, oferecendo-lhe maiores oportunidades para seu processo de socioeducação (Freitas, 2011).

Rocha et al. (2010) indicam a necessidade de que seja desenvolvido um trabalho que envolva os profissionais em sua coletividade, pois não é possível pensar em intervenções socioeducativas de modo isolado e segregativo. É essencial que ocorra a participação de todos os profissionais que compõem os recursos humanos existentes nas diversas medidas socioeducativas. Para tanto, mostra-se fundamental a implantação de programas de formação continuada para esses profissionais, ampliando o preparo no trabalho com os adolescentes. O pedagogo, responsável pelo Ensino de Jovens e Adultos (EJA) nos centros socioeducativos, por exemplo, inicia seu trabalho desconhecendo como se dá a dinâmica institucional pelo despreparo para o trabalho nesses locais, tanto em relação ao público atendido quanto em relação ao EJA. A ausência de conhecimentos e habilidades essenciais à prática com os adolescentes influencia o processo de socioeducação dos mesmos. Grande parte dos pedagogos percebe negativamente sua formação acadêmica, considerando que ela não os preparou para o trabalho em uma instituição dessa natureza. Desse modo, acabam extraindo sua aprendizagem profissional no cotidiano de trabalho.

Uma atividade realizada em conjunto por essas três categorias profissionais (psicólogo, assistente social e pedagogo) é o relatório psicossocial. Na construção desse documento são descritos individualmente os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas pelos membros da equipe técnica. O relatório não tem apenas a função de subsidiar o juiz em sua prática, mas possibilita que o adolescente seja conhecido em sua realidade sociofamiliar. Apesar do fato de que o adolescente seja bastante evidenciado pela Justiça em função da dimensão do ato infracional por ele cometido, compete à equipe técnica evidenciar que o mesmo possa ser reconhecido como sujeito detentor de uma história de vida (Costa et al., 2011).

O relatório, além de ter a função de avaliação do adolescente, bem como o fornecimento de dados que compõem o Plano Individual de Atendimento (PIA) dos adolescentes nas diferentes medidas socioeducativas, pode ampliar possibilidades de intervenção, considerando as vulnerabilidades as quais o adolescente estaria exposto e os recursos dos quais dispõe. Outros pontos que também podem ser destacados na elaboração do PIA são os aspectos transgeracionais das relações familiares e a relação que os profissionais da medida estabelecem com os adolescentes. Considerando que a maneira como esses profissionais descrevem os adolescentes é capaz de enquadrá-los em estereótipos que possam trazer repercussões negativas frente às suas perspectivas de futuro, os escritos elaborados pelos técnicos se mostram como uma forte influência nas trajetórias de futuro dos mesmos (Costa et al., 2011). Scisleski et al. (2015) apontam que a prática de culpabilização dos adolescentes pelos profissionais é evidenciada no PIA, pois os profissionais tendem a não realizar uma leitura contextual quanto ao lugar em que o adolescente se encontra inserido, mas pontuam dados acerca da consciência do jovem frente ao ato infracional por ele praticado, o que revela uma perspectiva individualizante a respeito de problemáticas sociais.

Apesar desta realidade que ainda necessita de grandes avanços, Costa (2005) comenta que a mesma tem permitido reflexões significativas. Há a necessidade de construção de práticas exitosas a favor da promoção da dignidade dos adolescentes e que os possibilite o resgate de sua cidadania, visto que os profissionais possuem responsabilidade ética pelos mesmos.

Nota-se que as principais atividades da equipe técnica são realizadas por cada uma das categorias profissionais dentro de suas especificidades. No entanto, há a necessidade de integração e trabalho conjunto entre elas, garantindo a transdisciplinaridade dos saberes. O relatório psicossocial é elaborado coletivamente pela equipe técnica, mas evidencia-se a importância da inclusão do trabalho realizado pelos socioeducadores nesse documento, haja vista as informações que eles poderiam fornecer pelo grande convívio estabelecido com os socioeducandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão narrativa de literatura objetivou descrever o que a literatura nacional tem apresentado acerca dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo. Analisando o panorama geral dos artigos, dissertação e teses sobre o tema, pôde-se perceber a pouca expressividade de pesquisas direcionadas especificamente aos profissionais inseridos nesses contextos; dado que se configura como relevante e justifica a necessidade de ampliação do conhecimento e de intervenções nessa área.

Verificou-se que os estudos que tratam de questões de saúde dos profissionais são escassos e tendem a focar apenas a categoria dos socioeducadores, em detrimento dos profissionais técnicos. Os socioeducadores, ao acompanharem constantemente os adolescentes nas instituições socioeducativas, tornam-se mais vulneráveis a receber ameaças, agressões, e a tornarem-se reféns em caso de motim (Greco et al., 2013). Dadas essas adversidades

encontradas em seu ambiente de trabalho, os socioeducadores tendem a apresentar necessidade de acompanhamento psicológico, não costumam ter tempo livre para o lazer, encontram-se insatisfeitos com a instituição em que atuam e, por vezes, recorrem ao afastamento do trabalho por problemas de saúde.

Além do socioeducador, o corpo de técnicos profissionais também necessitaria ser considerado, visto que os profissionais como pedagogos, psicólogos e assistentes sociais se encontram desassistidos em termos de pesquisas e intervenções na área. Nessa revisão de literatura não foram encontrados estudos que abarquem estas distintas categorias. Sendo assim, sugere-se a realização de estudos futuros que possam contemplar a equipe técnica e a gestão presente nas medidas socioeducativas, bem como pesquisas que aprofundem os aspectos relativos ao exercício da função do socioeducador.

O ECA e o SINASE representam importantes marcos regulatórios que, de acordo com os trabalhos analisados, não vêm sendo adotados nas diferentes modalidades de medidas socioeducativas ao longo do tempo. Se há a intenção de transformação desses contextos, em que grande parte dos profissionais pertencentes a esses espaços tendem a ser vistos sob um enfoque predominantemente negativo (sobretudo os socioeducadores), torna-se essencial o investimento em novas pesquisas e intervenções a eles direcionadas. Desse modo, poderão ser reconhecidos em sua dimensão individual e coletiva, levando em conta aspectos de saúde e também aspectos laborais, dentro de uma perspectiva mais potencializadora sobre o trabalho das diversas categorias. Além do mais, isso possibilitaria maiores chances de socioeducação dos adolescentes, pela qualidade do trabalho desempenhado. Do contrário, as práticas punitivas, repressivas, estigmatizantes e violadoras presentes na doutrina da situação irregular dos antigos Códigos de Menores continuarão a se perpetuar historicamente.

Dada a presente realidade, tem-se a urgente necessidade de se realizar avanços e melhorias direcionados aos profissionais responsáveis pela operacionalização das medidas socioeducativas, na perspectiva de olhar e cuidar desses trabalhadores. Assim, considera-se a importância das ações realizadas pelos profissionais inseridos no contexto socioeducativo não apenas pela significância das reais possibilidades de socioeducação dos adolescentes, em função da qualidade do atendimento realizado, mas também pela preocupação com a saúde desses profissionais.

REFERÊNCIAS

- Adami, A. & Bauer, M. (2013). *Perfil e prática do agente de segurança socioeducativa: Recomendações para a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Minas Gerais*. Fundação Getúlio Vargas. https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/andreza_adami_-_marcela_bauer.pdf
- Andrade, A. S. (2017). *"Aqui as flores nascem no concreto": Negociações nas atuações laborais de agentes socioeducativos*. [Dissertação de Mestrado], Universidade de Brasília. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/25216/1/2017_AedraSarahdeAndrade.pdf
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/conanda/sinase_integra.pdf
- Costa, C. R. B. S. F. (2005). É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 5(2), 79-95. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v5n2/v5n2a09.pdf>
- Costa, L. F., Penso, M. A., Sudbrack, M. F. O., & Jacobina, O. M. P. (2011). Adolescente em conflito com a lei: O relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. *Psicologia em Estudo*, 16(3), 379-387. <https://www.scielo.br/j/pe/a/7MjJQyqrG6zpkhWmGYtbLPs/?format=pdf&lang=pt>

- Cunha, G. G. (2021). *Formação e desenvolvimento do agente socioeducativo: Um processo de revisão de campos afetivo-semióticos*. [Tese de Doutorado], Universidade de Brasília. [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41418/1/2021_GleicimarGon% c3% a7alvesCu nha.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41418/1/2021_GleicimarGon%c3%a7alvesCunha.pdf)
- Damasceno, L. M. (2020). *Atendimento familiar no sistema socioeducativo: percepções de profissionais que atuam em liberdade assistida*. [Dissertação de Mestrado], Universidade de Brasília. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39913/1/2020_LucianaMariaDamasceno.pdf
- Dias, A. C. G., Arpini, D. M., & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 526-535. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/tHB35ttcHVxFmpdKt8bYB3S/?format=pdf>
- Ennes, J. V. (2021). *O psicólogo na socioeducação: entraves e potências na intervenção com jovens-resto*. [Trabalho de Conclusão de Curso], Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/229582/001131192.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>
- Ferrão, I. S., Santos, S. S., & Dias, A. C. G. (2016). Psicologia e práticas restaurativas na socioeducação: Relato de experiência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 354-363. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000122014>
- Ferrão, I. S., Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2012). O olhar de socioeducadores de uma unidade de internação sobre a efetivação da doutrina da proteção integral. *Barbarói*, 36, 42-55. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i36.2919>
- Francischini, R. & Campos, H. R. (2005). Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im)possibilidades. *Psico*, 36(3), 267-273. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1397>
- Franco, E. M. (2008). *Uma casa sem regras: Representações sociais da FEBEM entre seus trabalhadores*. [Tese de Doutorado], Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-06062008-170921/publico/Franco_EM_do.pdf
- Freitas, T. P. (2011). Serviço Social e medidas socioeducativas: O trabalho na perspectiva da garantia de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, 105, 30-49. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100003>
- Grando, M. K., Kirchof, A. L. C., Beck, C. L. C., & Trindade, L. L. (2006). As cargas de trabalho em um Centro de Apoio Socioeducativo. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 5(1), 97-105. <https://www.redalyc.org/pdf/3614/361454001013.pdf>
- Greco, P. B. T., Magnago, T. S. B. S., Beck, C. L. C., Urbanetto, J. S., & Prochnow, A. (2013). Estresse no trabalho em agentes dos centros de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 34(1), 94-103. <https://doi.org/10.1590/S1983-14472013000100012>
- Greco, P. B. T., Magnago, T. S. B. S., Urbanetto, J. S., Ferreira da Luz, E. M., & Prochnow, A. (2015) Prevalência de distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 68(1), 93-101. <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2015680113p>
- Gurski, R., & Strzykalski, S. S. (2018). A escuta psicanalítica de adolescentes em conflito com a lei: Que ética pode sustentar esta intervenção?. *Tempo Psicanalítico*, (50)1, 72-98. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v50n1/v50n1a05.pdf>
- Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 10 jul. 2023

- Lopes, M. D. C. (2013). *Significados atribuídos por agentes socioeducativos ao fenômeno de privação de liberdade feminina*. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal de Santa Maria. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/10323>
- Magalhães, C. J. C. & Malta, L. D. T. (2015). Adolescentes em cena: Psicodrama e justiça restaurativa por trás dos muros. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 23(2), 82-88. <http://dx.doi.org/10.15329/2318-0498.201500010>
- Menicucci, C. G. & Carneiro, C. B. L. (2011). Entre monstros e vítimas: A coerção e a socialização no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. *Serviço Social & Sociedade*, (107), 535-556. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300009>
- Monte, F. F. C., & Sampaio, L. R. (2012). Práticas pedagógicas e moralidade em unidade de internamento de adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 368-377. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200019>
- Morais, A. C. & Malfitano, A. P. S. (2014). Medidas socioeducativas em São Paulo: Os serviços e os técnicos. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 613-621. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300010>
- Nunes, M. C. A., Andrade, A. G. S., & Moraes, N. A. (2013). Adolescentes em conflito com a lei e a família: Um estudo de revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 6(2), 144-156. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2013.62.07>
- Oliveira, T. M., Souza, D. K. P., Lima Souza, F. V., & Gallassi, A. D. (2018). Autopercepção dos profissionais do sistema socioeducativo do Distrito Federal/Brasil a partir de um processo de formação sobre drogas e direitos humanos. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4), 1-15. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n4/13.pdf>
- Palma, P. C., & Neufeld, C. B. (2011). Intervenção cognitivo-comportamental em grupo de socioeducadores: Um relato de experiência. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 7(1), 55-61. <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20110010>
- Passamani, M. E., & Rosa, E. M. (2009). Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 330-345. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000200010>
- Ribeiro, D. S., Ribeiro, F. M. L. & Deslandes, S. F. (2018). Saúde mental de adolescentes internados no sistema socioeducativo: Relação entre as equipes das unidades e a rede de saúde mental. *Cadernos de saúde pública*, 34(3), e00046617. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00046617>
- Rocha, W. S., Silva, I. R., & Costa, C. R. B. S. F. (2010). A percepção dos educadores sobre sua formação acadêmica e preparação profissional para o trabalho com adolescentes em conflito com a lei. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(2), 206-215. https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Rocha_et_al.pdf
- Rosa, M. D. (2018). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v-vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Scisleski, A. C. C., Bruno, B. S., Galeano, G. B., Santos, S. N., & Silva, J. L. C. (2015). Medida socioeducativa de internação: Estratégia punitiva ou protetiva? *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 505-515. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p505>
- Secretaria de Direitos Humanos. (2013). *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE*. http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2017/03/03/17_49_45_295_Plano_NACIONAL_Socioeducativo.pdf
- Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2014). *Escola Nacional de Socioeducação*.

- <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/conteudo/PAR%C3%82METROS%20ENS%20aprovado.pdf>
- Silva, L. P. D. (2020). *Saúde mental e trabalho: Uma análise dos riscos psicossociais no trabalho do agente de segurança socioeducativo de Belo Horizonte*. [Monografia de Graduação], Fundação João Pinheiro. <http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2716/1/Leticia%20Parreiras%20da%20Silva.pdf>
- Soares, F. M. (2011). Uma experiência de intervenção em um projeto cultural: O psicólogo e a defesa dos direitos humanos nas instituições socioeducativas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(1), 171-190. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000100012>
- Soares, T. D. P. (2019). *Burnout e a qualidade de vida dos gestores do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal: Uma análise estatística descritiva em saúde mental*. [Dissertação de Mestrado], Universidade de Brasília. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38188/1/2019_TatianadePaulaSoares.pdf
- Tavares, O. V. L. (2019). *Aspectos da qualidade de vida de agentes socioeducadores de instituições privativas de liberdade*. [Dissertação de Mestrado], Fundação Oswaldo Cruz. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/37385/ve_Olga_Vieira_ENSP_2019?sequence=2&isAllowed=y

Recebido: 30/06/2021
Reformulado: 13/05/2022
Aceito: 20/05/2022

Sobre as autoras:

Isadora Machado Maia é Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza.

Patrícia Oliveira Lima é Mestra em Psicologia pela Universidade de Fortaleza.

Normanda Araujo de Moraes é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza.

Correspondência: normandaaraujo@gmail.com